



Universidades Lusíada

Amaro, Maria Inês Martinho Antunes, 1975-

Exclusão social juvenil em Portugal : pistas para reflexão

<http://hdl.handle.net/11067/4221>

<https://doi.org/10.34628/jakr-5q10>

Metadados

Data de Publicação	2004
Resumo	O presente artigo pretende desenvolver uma reflexão em torno da temática da exclusão social juvenil em Portugal, partindo de uma discussão teórica dos conceitos em presença. A exclusão social juvenil será apresentada como um fenómeno multidimensional no qual se encerram e entretecem velhas e novas problemáticas. Por fim, ensaiase uma tentativa de colocar alguns pontos de análise da intervenção, avançando com um conjunto de pistas para o reequacionamento da mesma. Conclui-se que a transformação da...
Palavras Chave	Jovens - Condições sociais - Portugal, Marginalidade social - Portugal
Tipo	article
Revisão de Pares	no
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 30 (2004)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-25T16:07:13Z com informação proveniente do Repositório

Inês AMARO*

Exclusão social juvenil em Portugal: pistas para reflexão

O presente artigo pretende desenvolver uma reflexão em torno da temática da exclusão social juvenil em Portugal, partindo de uma discussão teórica dos conceitos em presença. A exclusão social juvenil será apresentada como um fenómeno multidimensional no qual se encerram e entretencem velhas e novas problemáticas. Por fim, ensaia-se uma tentativa de colocar alguns pontos de análise da intervenção, avançando com um conjunto de pistas para o reequacionamento da mesma. Conclui-se que a transformação das sociedades modernas poderá constituir uma oportunidade para o Serviço Social se reafirmar enquanto campo de concepção de políticas sociais e enquanto profissão privilegiada de resposta às necessidades efectivas dos cidadãos.

Introdução

O presente artigo tem por base uma comunicação apresentada ao Seminário Europeu – Serviço Social no Novo Milénio: Formação, Políticas Sociais e Emprego, Workshop – Os movimentos de exclusão juvenil e violência na sociedade contemporânea.¹ É igualmente deverdor do trabalho de investigação desenvolvido pela autora quer sob a coordenação do Professor Doutor José Luís Garcia, quer sob a coordenação da

* Licenciada em Serviço Social pelo ISSSL, Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologia de Informação pelo Departamento de Sociologia do ISCTE, Doutoranda em Serviço Social no ISSSL/ISCTE. Docente do ISSSL. Membro do CISSEI.

¹ Iniciativa do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, realizada no auditório do Instituto Português da Juventude, nos dias 14 e 15 de Novembro de 2001.

Dr.^a Manuela Marinho. Mais concretamente, os temas abordados fazem uma forte referência aos conteúdos do livro *Estranhos – juventude e dinâmicas de exclusão social em Lisboa*.²

Pretende-se desenvolver uma reflexão em torno da temática da exclusão social juvenil em Portugal, partindo de uma discussão teórica dos conceitos em presença. A exclusão social juvenil será apresentada como um fenómeno multidimensional no qual se encerram e entrecruzam velhas e novas problemáticas.

Por um lado, as situações de exclusão social não podem ser dissociadas de dimensões tradicionais como a família, a escolaridade, a etnicidade, a toxicodependência, a institucionalização e o emprego. Por outro, todavia, estão em emergência novos focos de desintegração que se prendem com o dealbar de um mundo tecnologicamente construído em torno de interesses sobretudo económicos. Colocam-se, deste ponto de vista, as questões do risco, da fragmentação laboral, da info-exclusão e da corrosão do carácter.

Por fim, ensaia-se uma tentativa de colocar alguns pontos de análise da intervenção, avançando com um conjunto de pistas para o reequacionamento da mesma.

Conclui-se que a transformação das sociedades modernas poderá constituir uma oportunidade para o Serviço Social se reafirmar enquanto campo de concepção de políticas sociais e enquanto profissão privilegiada de resposta às necessidades efectivas dos cidadãos.

1. Pobreza e exclusão: duas noções teórica e conceptualmente distintas

Reflectir sobre um tema tão complexo como o da exclusão social requer que se opere, logo à partida, uma distinção conceptual importante entre pobreza e exclusão. De facto, se o conceito e noção de pobreza datam de longe e designam uma condição objectiva de carência, o conceito de exclusão decorre da emergência das sociedades modernas democráticas de base capitalista e, mais do que designar uma condição objectiva, estabelece uma dimensão de comparabilidade entre os cidadãos e os seus níveis

²Vide bibliografia.

de vida. Não se utiliza, habitualmente, o conceito de exclusão para aludir a situações de carência extrema, mas sobretudo generalizada, como as que se vivem nos países do chamado terceiro mundo: nesses casos fala-se de pobreza, miséria. O termo exclusão aplica-se, antes de mais, às situações de carência que grassam no interior das sociedades ricas, das sociedades de bem-estar, das sociedades ditas do primeiro mundo ou desenvolvidas.

É, efectivamente, no seio das sociedades modernas que se preconiza o elogio do princípio da igualdade e se defendem as vantagens da coesão social e que, inversamente, se perspectiva a desigualdade como um problema a que as instâncias de poder devem dar resposta. É sob este quadro de referência que faz sentido falar de exclusão social, como conceito denunciador da fragilidade da equação, basilar à própria constituição das sociedades modernas, de que progresso industrial e económico seria igual a bem-estar social e abundância para todos.

Pode, por conseguinte, entender-se por exclusão social a reconfiguração dos fenómenos de pobreza no interior do capitalismo avançado tecnológico. Com efeito, está em referência uma situação de extrema carência e de diferenciação negativa entre concidadãos pela ausência de recursos materiais, económicos, culturais, educacionais, sociais, etc. A exclusão social será, então, o produto do encadeamento de dinâmicas e contextos que impõem para a dependência, para a precarização e para a inempregabilidade, colocando os indivíduos fora da sociedade e fora da protecção salarial. A exclusão revela, também, pela incidência constante sobre determinados segmentos da população, a contiguidade existente entre a persistência, a extensividade e a severidade da pobreza e certas condições, contextos e quadros decisoriais.

2. A exclusão social juvenil como um fenómeno multidimensional: das velhas às novas problemáticas

A referência à exclusão social é, sobretudo, uma referência a um fenómeno de carácter multidimensional, que se traduz na existência de uma solidariedade ou de um encadeamento de infortúnios (à desestruturação familiar, segue-se o insucesso escolar, que dá origem às dificuldades de inserção no mercado de trabalho, agravadas pelo facto de se pertencer a uma

minoría étnica e de se viver num habitat degradado). É, não obstante, necessário ressaltar que, ao contrário do que o próprio sentido semântico do conceito indica, o excluído não está na realidade fora da sociedade, não está ausente da interação social, não é alheio ao movimento incessante de relações produzido pelo Homem em sociedade. Na verdade, o excluído não é mais do que um incluído, com as suas próprias funcionalidades para o todo social, que apenas tem uma forma que lhe é particular de estar dentro.

Várias são as dimensões através das quais é possível caracterizar o problema da exclusão juvenil e, apesar deste ser ainda um fenómeno relativamente recente, próprio das sociedades modernas, podem distinguir-se já velhos e novos problemas da exclusão juvenil em Portugal. Os velhos problemas, através dos quais o fenómeno da exclusão juvenil é analisável, fazem sentir-se essencialmente nas dimensões da família, da escolaridade, da etnicidade, da toxicodependência, da institucionalização e da (des)inserção laboral, e são em larga medida consequência do atraso estrutural de Portugal, marca da manutenção por muito tempo e até tardiamente, quando comparado com outros países europeus, de um regime político de ditadura fascista que fazia o elogio da pobreza e da ignorância na população. Desta forma, se se excluïrem os estados-membros que aderiram à União Europeia em 2004,³ Portugal é dos países da Europa comunitária aquele que apresenta uma maior taxa de pobreza, um menor rendimento mensal, uma maior desigualdade e uma maior dispersão nos rendimentos. É, não obstante, verdade que no contexto europeu, o que contraria a ocorrência de períodos de carência grave é a existência de direitos sociais adquiridos e de uma cultura, extremamente enraizada, de atribuição de responsabilidade social ao Estado, pois, não é negligenciável a significância do número de pobres na União Europeia.

No que respeita à família, vive-se hoje uma época que muitos apelidam de crise da família. Na perspectiva aqui apresentada, fala-se, antes de mais, de transformação da família ao nível da estrutura e das funções desempenhadas, com a possível ocorrência de processos de desresponsabilização parental e de abandono familiar. Com efeito, o estilo de vida actual,

³No dia 1 de Maio de 2004 aderiram à União Europeia o Chipre, a Eslováquia, a Eslovénia, a Hungria, a Estónia, a Letónia, a Lituânia, a Polónia, Malta e a República Checa.

voltado para a urbanização, individualização e utilidade económica, tem conduzido a uma forte redução do espaço de intervenção familiar na socialização e educação dos filhos. O fechamento da família sobre o seu núcleo central (pais e filhos) e a justa ambição da mulher a uma carreira profissional, como dimensão preponderante da plena realização do seu projecto de vida, são dois factores importantes que têm concorrido para estas mutações, que, não podendo ser consideradas negativas à partida, quando aliadas a situações como a desatenção e a falta de supervisão por parte dos pais, a vivência em habitats degradados e as experiências de insucesso escolar, podem ser condutoras de fenómenos de exclusão social. Efectivamente, muitas crianças são votadas ao abandono sem qualquer outra alternativa em termos de socialização que não sejam o grupo de pares e a televisão, o que se, por um lado, é fruto de uma desresponsabilização dos pais, por outro, desemboca muitas vezes num fenómeno de abandono familiar por parte do próprio jovem que deixa de acreditar na família como lugar de segurança, de aprendizagem e de respeito.

A escolaridade, ou a falta dela, revela-se como uma das mais importantes dimensões para a análise da exclusão juvenil, uma vez que a instituição-escola se tem vindo a constituir como um instrumento de selecção social entre aqueles que podem aceder às estruturas de oportunidades que a sociedade oferece e aqueles que “ficam pelo caminho”, iniciando desde cedo uma trajectória pautada pela conformação ao que as políticas sociais oferecem, às oportunidades que restam e à substituição dos sonhos fantasiosos de criança, não por projectos de vida mais realistas, mas muitas vezes por um vazio quanto ao futuro. Ao aflorar esta questão é, todavia, importante clarificar qual é o panorama da sociedade portuguesa a este nível. Na verdade, o retrato geral da população nacional é o de uma população com baixos níveis de escolaridade e com níveis ainda significativos de analfabetismo, com trajectórias escolares profundamente marcadas pelo absentismo, pelo insucesso e pelo abandono; características que são ainda mais acentuadas nos segmentos mais pobres. Este panorama anuncia que a massificação do ensino não se tem vindo a traduzir num cabal índice de sucesso e que há um conjunto de expectativas que são depositadas na escola a que esta não corresponde, criando sentimentos de frustração e de incompetência social.

A etnicidade constitui-se, também, de forma significativa numa das dimensões do fenómeno da exclusão social. Pode, no entanto, parecer paradoxal que Portugal, no contexto europeu, se continue a caracterizar por ser um país invulgarmente uniforme em termos de raça, língua, religião, cultura, etc.; e por ser dos países coloniais aquele que menos se miscigenou com os povos colonizados. O processo que na verdade ocorreu em Portugal foi o de muito abruptamente ter passado de país de emigração para país de destino da imigração, que, por sua vez, se tem vindo a concentrar nas zonas urbanas do litoral. Assim, continua a não existir uma verdadeira concessão de condições de legalidade, equidade e dignidade às minorias étnicas, que têm de se sujeitar aos postos de trabalho desqualificados e desqualificantes, a uma escola que teima em não se adaptar às suas necessidades e a um mercado habitacional que lhes fecha as possibilidades de acesso a uma habitação condigna.

A toxicodependência, como dimensão da exclusão juvenil, é porventura o processo que deixa mais a descoberto o carácter multidimensional da exclusão social, pois, um toxicodependente é, na esmagadora maioria das vezes, também, um indivíduo com problemas de inserção laboral, com uma trajectória de insucesso escolar, com uma socialização no seio de uma família desestruturada, etc. É, de facto, usual que a toxicodependência encerre em si uma panóplia de situações problemáticas conducentes a uma condição de exclusão social. Contudo, é preciso não esquecer que a toxicodependência é tematizada como problema e como indicador de marginalidade numa sociedade que prima pela racionalidade da abstinência e que faz o elogio de uma atitude de *ascetismo mundano*, mas que não deixa de eleger um conjunto de drogas que são permitidas (café, álcool, tabaco, mas também televisão, jogos de computador, etc.).

A institucionalização de jovens como esfera correctiva da justiça e da intervenção social desemboca, não raras vezes, em processos reforçadores da exclusão social. O afastamento do jovem da sociedade e da vida da pólis e sua inserção num meio artificial onde a lei, a regra e a norma têm uma presença total, não constitui o enquadramento necessário à realização de uma socialização alternativa à família, mas dentro dos parâmetros possíveis de normalidade.

Por fim, na enumeração dos velhos problemas, está uma dimensão através da qual a exclusão se mostra numa das suas faces mais agudas:

a (des)inserção laboral. De facto, parece ser verificável uma condição de duplo insucesso juvenil – ao insucesso escolar, segue-se o insucesso em encontrar trabalho. Tendo em conta que nas sociedades modernas ocidentais o estatuto social, o reconhecimento, a dignidade e a auto-estima dependem, em larga medida, do nível de inserção do indivíduo no mundo do trabalho, imediatamente ressaltam as consequências funestas que pode ter a dificuldade na inserção laboral ou a presença intermitente e precária no mercado de trabalho. Não obstante, é também nesta dimensão que é possível observar mais nitidamente uma das funcionalidades que a exclusão social tem para a sociedade em geral, pois, são estas camadas de jovens pouco escolarizados que se vão constituir nas bolsas de mão-de-obra barata e pouco reivindicativa de que a economia, e nomeadamente a economia paralela, se serve, para suprir as suas necessidades mais prementes.

Associada a esta dimensão está a questão, que se começou a colocar com maior contundência a partir da última década do século XX, do fim do pleno emprego e das bases em que assentam as sociedades industriais. Esta tendência, embora recusada politicamente, como se pode verificar pelos objectivos políticos da União Europeia, que com o chamado triângulo de Lisboa estabelece a meta de 2010 para a reconstituição do pleno emprego no espaço europeu, tem vindo a ser cada vez mais colocada por importantes autores do pensamento social e económico em termos de uma época de transição de um para outro modelo de funcionamento da sociedade. Com efeito, identifica-se o tempo presente com uma época de mudança, de transição da sociedade industrial (modernidade) para, na expressão de Manuel Castells, a sociedade informacional ou, nas palavras de Ulrich Beck, a sociedade de risco (pós-modernidade ou modernidade reflexiva).

A sociedade informacional é aquela em que a produção de conhecimento e o processamento da informação passam a ser as actividades centrais do sistema produtivo, visando essencialmente a produção de mais conhecimento e o processamento de mais informação. Segundo Castells (2000 [1996]), estamos já a presenciar as primeiras configurações da sociedade informacional, que tem um tipo de funcionamento em rede e que requer trabalhadores altamente qualificados, com um domínio das novas tecnologias, autónomos, bem informados, responsáveis e capazes de fazer individualmente o planeamento do trabalho.

Na perspectiva de Beck (1994 [1986]), a sociedade actual caracteriza-se sobretudo por ser de risco, ou seja, por ser uma sociedade em que ninguém está certo das condições de sucesso ou de falha na vida profissional e pessoal: é certo que é necessário um nível de qualificações cada vez mais elevado, mas não é certo o sentido em que estas qualificações deverão ser desenvolvidas e que tipo de perfil se espera que o trabalhador tenha.

Por conseguinte, nesta nova configuração das sociedades contemporâneas, em que o Homem atinge a sua plenitude, em que o intelectual ocupa um lugar de centralidade e em que é permitido ao indivíduo talhar o seu próprio percurso, a emancipação do sujeito é directamente proporcional ao aumento exacerbado do fardo do isolamento social e da responsabilidade individual. É este o contexto de surgimento dos novos problemas de exclusão social.

A nova exclusão situa-se, essencialmente, ao nível da relação dos indivíduos com o mercado de trabalho que, cada vez mais, se caracteriza pela opacidade e pela fragmentação. Mesmo não tendo em conta as perspectivas mais radicais que apontam para a ocorrência, a médio prazo, de um cataclismo social, fruto de uma ruptura profunda entre os dois extremos da sociedade cada vez mais distantes (pois, os ricos são cada vez mais um grupo reduzido, detentor de uma cada vez maior riqueza, e os pobres aumentam e estão cada vez mais distantes da possibilidade de construir uma trajectória de inserção), não é possível ignorar as forças estruturais que abalam o actual mercado de trabalho renunciando o fim do trabalho assalariado como forma universal de redistribuição da riqueza na sociedade.

De facto, contemporaneamente recrudescem novas formas de trabalho – como o tempo parcial, o trabalho independente, o trabalho temporário, o teletrabalho, etc. – que se, por um lado, apresentam todo um leque de novas modalidades de presença no mercado de trabalho, por outro, marcam a emergência de toda a panóplia de novas situações de *limbo* entre a inserção e a exclusão, onde certamente se incluem a presença intermitente no mercado de trabalho, o subemprego, o falso trabalho independente e a sub-remuneração. Mesmo nas situações identificadas como de maior sucesso profissional, autores como Richard Sennett (2000 [1998]) perspectivam estas novas formas de trabalho como tendo efeitos corrosivos para o carácter dos indivíduos. Com efeito, o autor em referência debruça

a sua atenção sobre os efeitos nefastos para o indivíduo de, por exemplo, se ver impossibilitado de transmitir aos seus filhos valores como o da lealdade quando sabe que, profissionalmente, deve aceitar a melhor proposta, uma vez que é claro que a empresa não hesitará em dispensar os seus serviços se encontrar uma oferta mais vantajosa, ou de construir um projecto de vida (incluindo o projecto de família, realização de investimentos de vulto, decisão sobre o número de filhos) com base numa ideia de progressão na carreira e de ascensão no nível de remuneração – no âmbito do modelo industrial, quando um indivíduo integrava os quadros de uma empresa, podia com alguma segurança prever até onde poderia ascender e a que níveis remuneratórios poderia aspirar ao longo da sua carreira e sobre esta base podia planear; hoje, este processo já não é possível. Autores como Sennett mostram, na verdade, o lado negro desta ideologia do *self-made man*, que muito facilmente derrapa para situações de exclusão.

Acrescenta-se, ainda, a este novo conjunto de problemas a questão da info-exclusão ou da iliteracia funcional, que remete para a situação de todos aqueles que são expelidos do mercado laboral por não conseguirem acompanhar as mudanças no tipo de competências requeridas pelo mundo do trabalho. Assim, os trabalhadores que não tiverem na sua agenda a preocupação de uma constante auto-actualização, que não tiverem uma postura de formação ao longo da vida e que não tiverem, à partida, um domínio mínimo das tecnologias da informação e da comunicação, correm um sério risco de se tornarem uma presença excedentária no mercado de trabalho. Com efeito, se é certo que a não aquisição de determinadas competências no domínio das novas tecnologias conduz seguramente a processos de exclusão do mercado de trabalho, nada assegura que a posse dessas mesmas competências se traduza numa trajectória laboral integradora; ou seja, se a infoexclusão se assume como um oponente concreto à integração social dos indivíduos nas sociedades contemporâneas, a incerteza e o risco constituem-se no padrão de vida dessas mesmas sociedades.

3. O desafio da intervenção sobre o fenómeno da exclusão social

Finda a caracterização e análise dos novos e velhos problemas que conduzem à exclusão social, importa perceber quais as implicações concretas

para a intervenção social. Defende-se, desta forma, que a causa do insucesso de muitas medidas de intervenção reside no facto de haver uma descoincidência entre as medidas propostas e as expectativas dos jovens. Esta primeira linha conclusiva chama a atenção para o facto de que os processos de intervenção remetem, geralmente, para a construção de projectos de vida socialmente pouco valorizados – aquisição do nível mínimo de escolarização, ingresso numa actividade profissional pouco qualificada, acesso a baixos níveis de rendimentos, etc. – no quadro de uma sociedade que cada vez mais apela para uma elevação das expectativas em termos, primordialmente, de consumo, mas também de sucessos profissionais e pessoais – a mensagem que é passada nas sociedades de massas é a de que qualquer indivíduo pode chegar ao topo, é a de que todos podem ter tudo e a de que uma vida feliz passa pela aquisição de um número mínimo (cada vez maior) de bens de consumo. Por conseguinte, os projectos que a intervenção propõe aos jovens muitas vezes, apesar de realistas, não integram uma dimensão apelativa que responda ao nível de expectativas neles criado.

Por outro lado, convém não esquecer que os caminhos da inserção e da exclusão não são desconhecidos um do outro; são antes duas faces da mesma moeda. Isto significa que, de uma forma geral, o conjunto dos incluídos sabe que tipo de comportamentos teria que adoptar se quisesse enveredar por uma trajectória de marginalidade, do mesmo modo que os excluídos sabem razoavelmente que direcção tomar rumo à inclusão; é, aliás, notória a adesão aos valores tidos por consensuais na sociedade dominante por parte destes jovens. Por conseguinte, não faz sentido insistir nos princípios (re)socializadores e (re)educativos como guias orientadores para a intervenção, pois, o que é, antes de mais, necessário é tornar os caminhos da inserção aliantes para jovens marcados pelo insucesso, pela frustração e por uma forma de encarar a vida extremamente imediatista.

Acresce a isto o facto de que a exclusão social é um fenómeno que assume a figura de um estado total na vida do indivíduo, aniquilando por completo a sua capacidade social e a sua autonomia. Torna-se, então, necessário dotar o indivíduo de capacidades que lhe permitam agarrar e vencer as estruturas de oportunidades presentes na nossa sociedade, que, no caso dos jovens, emanam essencialmente da escola. Trata-se, do mesmo modo, de combater os factores que aumentam a desarticulação

entre os meios existentes e os fins que pretende alcançar em termos de projecto de vida.

Em síntese, reinverter trajectórias de exclusão social juvenil implica desenhar medidas de política social inovadoras e globais, que deem um olhar holista sobre o indivíduo; implementar metodologias de intervenção que se abram à pluralidade de valores e que não se direccionem apenas para destinos já anteriormente recusados; burilar novos tipos de contratualização das ligações/relações sociais entre, *grosso modo*, interventores e intervencionados; apostar em metodologias que invistam em dinâmicas de reconhecimento social, que favoreçam a integração no mundo profissional através do desenho de novos perfis não subjugados à mera racionalidade economicista e que estejam abertas à participação juvenil que tenha um cariz mais mobilizador do que tutelar. Em suma, é essencial construir com os jovens excluídos projectos de vida que sejam, simultaneamente, realistas e desafiadores, à medida de cada um e capazes de realizarem pessoalmente o indivíduo, que permitam, enfim, a satisfação pessoal e a integração social.

Conclusão

Na linha do anteriormente exposto, e à laia de conclusão, considera-se importante que o Serviço Social tenha uma perspectiva de *globalização* na intervenção e na assunção do seu papel privilegiado como influenciador das políticas sociais, isto é, que, não perdendo de vista os movimentos sócio-económicos mais generalizados, que advêm da anunciada transição de paradigma e que afectam profundamente a vida em sociedade e, dentro dela, cada indivíduo, saiba responder individualizadamente às necessidades e dificuldades de cada um: é pedido ao Serviço Social, hoje com ainda maior acuidade do que no passado, que tenha uma perspectiva global e uma intervenção local.

Resta acrescentar que, com a diluição dos sistemas de protecção social e com a correspondente emergência e proliferação do terceiro sector, disponibiliza-se para o Serviço Social uma imensa área de poder no que respeita à conjugação do nexos medidas de política/necessidades do cidadão. O Assistente Social é, cada vez mais, o catalizador das filosofias que subjazem à instauração de novas medidas de política, da forma como estas

medidas são postas em prática com os seus problemas e as suas virtualidades, das verdadeiras necessidades dos cidadãos e da forma como as referidas medidas de política se adaptam ou não a essas necessidades. Tendo ganho este espaço, o profissional encontra-se numa posição extremamente privilegiada para influenciar e contribuir activamente para o desenho de novas políticas sociais. Este poderá ser um dos grandes pontos de desafio para a profissão no século XXI.

Bibliografia

- BECK, Ulrich, (1994 [1986]), *Risk Society: towards a new modernity*, Sage, Londres.
- CASTELLS, Manuel, (2000[1996]), *The Rise of the Network Society*, Blackwell, Oxford.
- Conselho Europeu de Lisboa (2000), *Presidency Conclusions*, document 100/1/00, Lisboa.
- GARCIA, José Luís; JERÓNIMO, Helena Mateus; NORBERTO, Rui e AMARO, Maria Inês, (2000), *Estranhos – Juventude e dinâmicas de exclusão social em Lisboa*, Celta, Oeiras.
- MARINHO, Manuela, e AMARO, Maria Inês (2001), “Dossier: Programa TSER – Balanço de Competências” in *Revista Intervenção Social*, n.º 22, pp. 9-112.
- SENNETT, Richard (2000 [1998]), *A Corrosão do Carácter*, Terramar, Lisboa.